



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

**370 anos da Segunda Batalha dos Guararapes - 230 anos da Inconfidência Mineira
130 anos da Proclamação da República - 120 anos da Revolução Acreana**

ANO 2019

Novembro

Nº 333

O ADVENTO DA REPÚBLICA NO BRASIL

Luiz Ernani Caminha Giorgis

O Brasil celebra no próximo dia 15 os 130 anos do advento da República. A chegada do regime republicano no Brasil deu-se por um processo longo, lento, desgastante e traumático. Com efeito, desde o final do século XVIII já havia movimentos republicanos em nosso país. A própria Inconfidência Mineira foi um deles. Válido ressaltar que qualquer movimento emancipacionista, por lógico, era também republicano. Não havia ideia de tornar o país independente e manter uma monarquia. Sucederam-se por 100 anos as revoltas, insurreições, rebeliões, etc.

Nas últimas décadas do segundo reinado, a monarquia começou a sofrer um desgaste acentuado e isso gerou várias crises. Surgiram atritos do governo com o Exército e com a Igreja. A questão servil gerou sensível desgaste com as bases sociais que apoiavam o estado. As transformações socioeconômicas e o surgimento de novos grupos sociais, que trouxeram no seu bojo ideias de reformas, também contribuíram. Vislumbrando a república, alguns grupos defendiam uma transição revolucionária para um novo regime, enquanto outros, representados por Quintino Bocaiúva, defendiam uma mudança pacífica.

Na década de 1870, surgiu a chamada Questão Religiosa, originada pela proibição do ingresso de maçons nas irmandades religiosas. Esta questão foi resolvida pela brilhante intervenção do Duque de Caxias, mas serviu para “diminuir” a imagem do Imperador junto aos seus súditos.

Na área militar, desde antes da Guerra do Paraguai já havia críticas ao governo imperial, em função de diversas demandas, inclusive os critérios de promoção. A ala jovem das Forças Armadas defendia o fim da escravidão e prioridade à educação, à indústria e obras de infraestrutura. O ideário positivista também ocupou o seu lugar entre os militares, defendendo uma república laica, a formação técnica, a ciência e o desenvolvimento industrial, ou seja, uma agenda conservadora mas modernista. Muitos militares assimilaram isso naquilo que lhes interessava. No futuro, o positivismo mostraria-se danoso ao país, tanto que foi banido para sempre e só permanece no dístico da Bandeira Nacional.

E na década de 1880 surge a chamada Questão Militar, na verdade desdobrada em três, que ocasionou a fundação do Clube Militar. Uma das reivindicações foi a de o Exército não mais perseguir escravos fugidos. A criação dos diversos clubes republicanos em todo o país, e suas ligações com o estamento militar ajudam a compreender o contexto. A união dos militares com o Partido Republicano Paulista foi significativa. No segundo semestre de 1889 a situação se agravou.

A participação dos militares no processo do advento da república no Brasil foi sempre de protagonismo, jamais como coadjuvantes ou até mesmo como tendo sido cooptados, induzidos ou

convencidos pelos civis a tomarem a ponta e as ações na fase crítica do processo, como creem alguns. Não, o domínio do processo sempre foi o do segmento armado, o da espada, como dizia a opinião pública da época. Os militares foram os condutores, fiadores e garantidores do processo. E as razões sempre foram muito claras, como se poderá ver.

Vejam como nos relata o desenvolvimento do processo histórico o General Antônio da Rocha Almeida (1902-1971), Patrono de Cadeira da FAHIMTB/RS em seu livro História do Brasil, volume 3, publicado pela PUCRS em 1959. Cada um dos pesquisadores tire suas próprias conclusões.

A REPÚBLICA - PROPAGANDA - PROCLAMAÇÃO

GENERAL ANTÔNIO DA ROCHA ALMEIDA(*)

As primeiras manifestações

O ideal republicano vinha de todas as lutas libertárias de nossa história de Colônia, Reino-Unido e Império, quase sempre à ideia de independência ligada à de república.

O primeiro brado republicano partiu, em 7 de novembro de 1710, do sargento-mor BERNARDO VIEIRA DE MELO, pretendendo transformar Pernambuco numa república aristocrática, à moda veneziana, rompendo vínculos com a coroa de Dom JOÃO V.

Depois, em 1789, os inconfindentes de Vila Rica proclamam, em seu idealismo separatista, o ideal republicano.

Mais tarde, já no Reino-Unido de Dom JOÃO VI, os revolucionários de 1817 em Pernambuco proclamam a república, ostentando a bandeira irisada azul e branca, que drapejou em seus palácios durante os trágicos 76 dias que durou seu sonho afogado em sangue.

Em 1822, JOSÉ CLEMENTE PEREIRA, na presidência do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, afirma ser impossível "que Sua Majestade ignore a existência de um partido republicano mais ou menos forte, semeado aqui e ali, em muitas das Províncias, para não dizer em todas elas".

Em 1824, proclamava MANOEL DE CARVALHO PAES DE ANDRADE a Confederação do Equador - república independente, congregando sob sua bandeira brazonada as Províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Paraíba e Alagoas. Foi esmagada, como as outras!

Em 1831 há pesados rumores republicanos e o Regente FEIJÓ sabe jugulá-los com mão de ferro, ele que, em 1842, daria pulso forte aos republicanos de Piratini!

Em 1835 surge o mais vigoroso e duradouro movimento republicano de toda a História Monárquica do Brasil. Os farrapos lutaram dez anos - a bandeira tricolor ondeando aos ventos - desconhecendo a lei de Dom PEDRO II, desligados do grande poder de sua coroa, das decisões de seu Conselho de Estado, das resoluções do Poder Moderador.

Até 1870, quando surge o Partido Republicano, com suas fileiras sucessivamente engrossadas por todos os dissidentes e desgostosos de um longo passado político, os sonhadores da República agiram na sombra, cautelosamente.

E em 3 de dezembro daquele ano saía a lume o chamado "Manifesto de 70". Estava no poder o gabinete conservador do Dr. JOSÉ ANTÔNIO PIMENTA BUENO, Visconde, depois Marquês de São VICENTE.

A campanha republicana

Publicado o manifesto pelo jornal "A República", do qual era diretor QUINTINO BOCAIÚVA, alçaram-se os paladinos das novas ideias pela derrubada da única monarquia americana. Entre eles, alinharam-se logo SALDANHA MARINHO, JOSÉ LOPES DA SILVA TROVÃO, QUINTINO BOCAIÚVA, ARISTIDES LOBO, PRUDENTE JOSÉ DE MORAES BARROS, MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALES, ÁLVARO AUGUSTO DE ANDRADE BOTELHO, JOÃO BATISTA DE SAMPAIO FERRAZ, FRANCISCO RANGEL PESTANA, ANTÔNIO ROMUALDO MONTEIRO MANSO, ALBERTO TORRES, JOSÉ DO PATROCÍNIO, ANTÔNIO SILVA JARDIM e muitos outros.

No Rio Grande do Sul, onde se fundou em 1881 o "Clube Republicano", destacaram-se JÚLIO PRATES DE CASTILHOS, DEMÉTRIO RIBEIRO, ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEI-

ROS, RAMIRO BARCELOS, LUIZ LESEIGNEUR, FRANCISCO CUNHA, JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO, ILDEFONSO SIMÕES LOPES, FERNANDO ABBOTT, VENÂNCIO AIRES, ÁLVARO CHAVES, JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL, APOLINÁRIO JOSÉ GOMES PORTO-ALEGRE, MARÇAL ESCOBAR, ARGEMIRO GALVÃO, ERNESTO ALVES, HOMERO BATISTA, ANTONIO VICENTE DA FONTOURA XAVIER, JOÃO DE BARROS CASSAL, DOMINGOS MASCARENHAS e vários outros.

E o governo começou as perseguições, não naturalmente com a imperial aquiescência.

Assim foi que em 23 de fevereiro de 1873 elementos oficiais mandaram empastelar as oficinas d'A República. Dom PEDRO II censurou o ato de vandalismo praticado, dizendo que não desejava vê-lo repetido, porque "os abusos da imprensa curam-se com a própria imprensa". Mas os culpados ficaram impunes, apesar de bem conhecidos.

E o descontentamento crescia, e com ele o número de jornais republicanos: O "Globo", em que pontificavam QUINTINO BOCAIÚVA, a "Gazeta da Noite" fundada em 1879 pelo Dr. FERREIRA LEAL e de que foi diretor LOPES TROVÃO.

O Imposto do Vintém

Logo depois surgia a questão do Imposto do Vintém, que pôs o Rio de Janeiro em pé de guerra de 1º a 4 de janeiro de 1880. Tratava-se de uma taxa de 20 réis sobre o preço das passagens de bonde. Não que a taxa fosse onerosa, mas o pagamento exigia uma moeda divisionária incômoda e de difícil obtenção.

Os agitadores movimentaram-se, insuflados por congressistas e outros demagogos, interessados em criar dificuldades ao Gabinete SINIMBU. O tribuno SILVA TROVÃO conseguiu, no dia 1º de janeiro de 1880, reunir num comício mais de 8.000 pessoas, que começaram quebrando bondes, arrancando trilhos e depredando todo o material das companhias que, aliás, nada tinham a ver com o imposto.

As companhias de tração urbana pediram garantias ao governo e este teve que mobilizar a força armada para restabelecer a ordem seriamente perturbada. O comércio fechou suas portas. Fizeram-se barricadas nas ruas. Tudo foi mobilizado: as tropas de linha, o Corpo de Bombeiros, a Brigada Policial, o Batalhão Naval e o Corpo de Imperiais Marinheiros.

Aproximando-se do palácio imperial de São Cristóvão, leu LOPES TROVÃO uma representação que deveria ser entregue ao Imperador, mas o delegado de polícia Dr. FÉLIX DA COSTA embargou os passos da multidão, que voltou para a cidade.

Quando chegavam ao antigo Matadouro - onde é hoje a Praça da Bandeira - veio a seu encontro um mensageiro do paço, dizendo a LOPES TROVÃO que Dom PEDRO II acedia em recebê-lo com uma comissão. O fogoso tribuno, no ardor de seus 33 anos, recusou-se a aceitar o oferecimento e mandou dizer ao monarca que "povo como aquele que ali se achava não voltava nunca, principalmente quando o escorraçavam, como turba de lacaios e desordeiros". A atitude da tropa foi estritamente defensiva, evitando mortes ou mesmo sofrimentos entre os manifestantes, apesar de sua agressividade.

Outros comícios foram se sucedendo, cada vez mais concorridos, principalmente pela qualidade dos oradores que se faziam ouvir.

Os deputados republicanos

Nas eleições de 1884, conseguiram os republicanos eleger três deputados, sendo um por Minas Gerais (ÁLVARO BOTELHO) e dois por São Paulo (MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALES e PRUDENTE JOSÉ DE MORAES BARROS.)

Em princípios de 1887, entra para a Câmara temporária mais um deputado republicano, vindo de Minas, o Dr. ANTÔNIO ROMUALDO MONTEIRO MANSO. Por ocasião de sua posse ocorreu desagradável incidente, pois - deputado eleito pelos republicanos - recusou-se a prestar o juramento regimental de defender e respeitar as instituições monárquicas. Consultado o Imperador pelo telefone decidiu que ao Presidente da Assembleia Geral Legislativa não cabia impedir a posse de um representante do povo que - mesmo tendo como bandeira partidária a subversão da ordem monárquica - vinha eleito legalmente por uma das Províncias do Império.

Os clubes republicanos

Em 1880, fundou-se em Porto Alegre, o Clube Republicano, sob a presidência de FELICÍSSIMO DE AZEVEDO, ao qual logo se seguia o de São Luiz Gonzaga, fundado pelo Dr. JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO. Em 1881, funda-se o de São Borja, devido à iniciativa de FRANCISCO GONÇALVES MIRANDA, e no mesmo ano o Clube Tiradentes, do Rio de Janeiro, congregando os mais destacados e valiosos elementos da propaganda republicana. Em 1879 são lançados os primeiros fundamentos do Partido Republicano Riograndense, que se alicerçariam nas convenções republicanas de 16 de abril de 1881 e 23 de fevereiro de 1882.

Ao alvorecer de 1880 já se contavam mais de 180 clubes republicanos no Brasil, onde se pregava livre e abertamente a queda da dinastia reinante.

A propaganda no meio militar

Os militares, principalmente a Marinha, durante largo tempo conservaram-se afastados da campanha republicana, e fiéis incondicionalmente à Coroa.

Em 7 de maio de 1880 morria, no silencioso retiro da Fazenda Santa Mônica, o inolvidável Marechal do Exército LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA - Duque de CAXIAS, com meio século de serviços ao Império e cujos feitos encheram dois reinados, A maior expressão da disciplina, da justiça e do direito, deixava para os que lhe sucederam na carreira das armas e para os estadistas dos anos em fora, exemplo digno, alentador de confiança e de fé. O Exército Brasileiro, que o tomou para patrono, sabe que deve conduzir a chama viva de seu patriotismo como um troféu glorioso.

Precedera-o na morte o maior Soldado do Brasil, depois de seu patrono, o Marechal do Exército Graduado MANOEL LUIZ OSORIO - Marquês do HERVAL, desaparecido na tarde de 4 de outubro de 1879, como Ministro da Guerra do Gabinete de SINIMBU, uma das mais brilhantes glórias do Exército, que se ufanava de o ter por chefe e que tantas vezes o conduzira ao combate e à glória. Baixava ao túmulo como uma verdadeira glória nacional, cercado da veneração da Pátria. O Partido Liberal perdera também um de seus mais nobres e desinteressados batalhadores.

Em 12 de abril de 1884 funda-se, na capital do Império, o Clube Naval que, aliás, festeja por convenção o dia 11 de junho - a maior data naval brasileira - como a de seu aniversário. Em junho de 1886 teve início a questão militar, que abalou seriamente os alicerces do trono. Depois de terminada - com solução honrosa para a classe e de acordo com a opinião do povo - este ficou convencido de que só com o apoio da espada (grifo meu) seria possível a vitória do ideal republicano. Em 26 de junho de 1887, funda-se o Clube Militar, destinado a defender os interesses da classe e melhorar-lhe a situação.

Os políticos passaram então a cortejar¹ os chefes militares, notadamente DEODORO e o 2º Visconde de PELOTAS (Marechal José Antonio Correia da Câmara), que tão bem se haviam saído da difícil questão militar.

Foi ao Dr. BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, professor de matemática da Escola de Guerra, "rara e excepcional encarnação de soldado e cidadão, que coube a tarefa de encher, com sua coragem tranquila, seu convencimento sacerdotal, a tribuna vazia do pensamento republicano do Exército". E esse pensamento já havia, na opinião pública, criado fundas raízes.

No dia 4 de novembro de 1888 chegava ao Rio, de volta da Europa, o grande tribuno Dr. LOPES TROVÃO. O Ministro da Guerra, Conselheiro TOMAZ JOSÉ COELHO DE ALMEIDA, resolveu ir visitar a Escola Militar da Praia Vermelha, com o objetivo de evitar que os alunos daquele estabelecimento comparecessem ao desembarque do grande propagandista republicano. O Coronel JOSÉ CLARINDO DE QUEIRÓS, Comandante da Escola, recebeu o aviso da visita ministerial naquele domingo, trancando, como consequência, o licenciamento semanal.

Foi a visita na qual ocorreu o incidente com o aluno EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909). Esse moço seria, mais tarde grande pensador, geógrafo, matemático, historiador e homem de letras. Bacharel em matemática e ciências físicas, pela Escola Superior de Guerra, deixava como 1º Tenente a carreira militar para dedicar-se à engenharia civil. Escreveu, entre outras, "Os Sertões", uma das obras primas de nossa literatura. Teve vida doméstica das mais infelizes, vindo a morrer assassinado em 1909 pelo Aspirante DILERMANDO CÂNDIDO DE ASSIS. Durante a visita, o aluno EUCLIDES DA CUNHA, vendo falhar a combinação entre seus colegas de não apresentar armas ao Ministro e dar um "Viva a República", jogou o sabre ao chão, depois de tentar quebrá-lo. O Comandante justificou o ato perante o Conselheiro

¹ Nota do Editor: não significa absolutamente colocar os militares a reboque, ou cabresteados pelos civis.

TOMAZ COELHO, dizendo que aquele aluno, por estudar muito, andava esgotado e nervoso. Não obstante, foi ele desligado da Escola e recolhido à Fortaleza de Santa Cruz. Perdoado pelo Imperador, foi solto, indo efetuar matrícula na Escola Politécnica. Proclamada a República, voltou à Escola de Guerra, a convite do Dr. BENJAMIN CONSTANT.

Em 15 de dezembro de 1888 era o Marechal DEODORO nomeado Comandante das Armas e de todas as forças de terra e mar na Província do Mato Grosso, por motivo do rompimento das relações diplomáticas entre o Paraguai e a Bolívia e para que fosse respeitada a neutralidade do Brasil. Levaria consigo os 1º e o 7º Batalhões de Infantaria, um contingente do Batalhão de Engenheiros e um piquete de cavalaria. A 30 chegava ele à Corumbá e assumia o comando.

A situação política ia se agravando e o Império resolveu chamar outro chefe conservador para recompor o ministério. Convidados, escusaram-se JERÔNIMO JOSÉ TEIXEIRA JÚNIOR - Visconde do CRUZEIRO, o senador MANOEL FRANCISCO CORREIA e LUIZ ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA - Visconde de VIEIRA DA SILVA. Volta-se então o Imperador para os Liberais e convida um homem ilustre e digno por todos os títulos, o Dr. AFONSO CELSO DE ASSIS FIGUEIREDO - Visconde de OURO PRETO, uma das mais belas expressões políticas do regime, jurista profundo e dotado de inconfundíveis qualidades de caráter e de energia. Seu filho, o Conde de Afonso Celso, em "Oito Anos de Parlamento" diz que:

"OURO PRETO foi o penúltimo Presidente do Conselho de Ministros, pois JOÃO ALFREDO foi o último. Convidado pelo Imperador na noite de 15 de novembro de 1889, aceitou a incumbência de formar novo Gabinete; a ele, pois, foi transmitida autoridade".

Em 7 de junho organizou o Visconde seu Gabinete. Na pasta do Império o Barão de LORETO, Doutor FRANKLIN DÓRIA. No dia imediato convidava interinamente para o cargo de Ajudante-General do Exército a segunda autoridade depois do Ministro - o Brigadeiro Floriano Peixoto, dias após promovido a Marechal de Campo.

No dia 11 de junho comparece pela primeira vez diante do Congresso o Presidente do Conselho, recebido hostilmente, no meio de uma enorme confusão. Teve o desgosto de assistir o deputado pelo Maranhão Dr. AUGUSTO OLÍMPIO GOMES DE CASTRO apresentar à consideração do plenário uma moção de desconfiança ao novo ministério.

Seis dias depois, o Imperador dissolvia a Câmara temporária, convocando outra para novembro.

O governo de OURO PRETO tinha todo o interesse em diminuir DEODORO aos olhos de sua classe e da própria Nação; por isso nomeou para a presidência da Província do Mato Grosso o Coronel ERNESTO AUGUSTO DA CUNHA MATOS, e extinguiu o comando de todas as forças de terra e mar no Mato Grosso, ficando a autoridade de DEODORO restrita ao Comando das Armas da Província. Resolve ele então, mesmo sem licença, passar o comando das armas ao Coronel CUNHA MATOS e embarcar para o Rio, acompanhado da tropa que levava.

Chegou o Marechal à Corte em 13 de agosto de 1889, já muito agravados seus antigos padecimentos. Tinha uma arteriosclerose, com endurecimento das artérias, que lhe provocava fortíssimos ataques de dispnéia. Mantinha firme, entretanto, sua decisão de não servir ao 3º Reinado (grifo meu), apenas aconselhando respeito e acatamento à pessoa de Dom PEDRO II, já nos últimos meses de vida e depois de uma existência inteira dedicada ao serviço da Pátria. Até aí DEODORO não conspirou. Apenas discordava do governo e por isso era alvo constante de suas perseguições.

Na noite de 16 de outubro de 1889 recebeu ele em sua residência o Capitão ANTÔNIO ADOLFO DA FONTOURA MENNA BARRETO, transferido por interferência do Presidente Dr. GASPAR SILVEIRA MARTINS, da guarnição do Rio Grande para o 9º de Cavalaria. Esse oficial expôs claramente ao Marechal DEODORO a necessidade "**de uma transformação radical das instituições para salvação da Pátria, e que à sua Excia. estava reservada essa tarefa gloriosa, cujo triunfo o colocaria à frente da nação como ditador da República**" (grifo meu). E Deodoro não ouviu indiferente o que lhe era exposto. Em 19 do mesmo mês, o Tenente-Coronel Benjamin Constant, já restabelecido, vai visitar Deodoro, passando a frequentar diariamente sua casa.

No dia 20, o Capitão MENNA BARRETO e o Tenente SEBASTIÃO BANDEIRA convidaram o Dr. ARISTIDES DA SILVEIRA LOBO para iniciar a conspiração entre o elemento republicano civil. E

esses entendimentos entre os republicanos de farda e os republicanos de casaca nunca mais foram interrompidos². A situação da monarquia agravava-se de dia para dia.

Nesse mesmo mês de outubro de 1889, tão fatídico para os monarquistas, chegava ao Rio de Janeiro o navio chileno "Almirante Cochrane". Em companhia do Ministro da Guerra interino, Conselheiro CÂNDIDO DE OLIVEIRA, foram seus oficiais visitar a Escola Militar no dia 23 de outubro. Ao recebê-los, o Tenente-Coronel Dr. BENJAMIM CONSTANT fez ardoroso discurso, rebatendo a balela de indisciplina das forças armadas, acrescentando que "os governos só desejavam ter sob as mãos exércitos de janízaros, a tudo se curvando e a tudo se submetendo". No dia seguinte o Dr. ARISTIDES LOBO e o jornalista QUINTINO BOCAIÚVA solicitaram uma conferência com aquele professor. Três dias depois da recepção na Escola Militar, isto é, a 26, os oficiais subalternos e capitães dos corpos da 3ª Brigada, com os alunos da Escola Superior de Guerra fizeram estrondosa manifestação àquele professor, por sua destemerosa atitude, cobrindo-o de flores.

No dia 9 de novembro, em homenagem aos oficiais chilenos, realizou-se o suntuoso baile, o último da monarquia, na aristocrática Ilha Fiscal, que AURÉLIO DE FIGUEIREDO E MELO fixou na tela "A Ilusão do Império". **Durante sua realização, reunia-se o Clube Militar, em concorridíssima assembleia geral, sob a presidência do Dr. BENJAMIM CONSTANT e onde todos assumiram o compromisso solene de solucionar, de modo digno e definitivo, dentro do máximo prazo de oito dias, a grave crise que assoberbava a classe militar e a nação** (grifo meu).

Nesse mesmo dia, BENJAMIM CONSTANT procurava o Dr. RUY BARBOSA em seu escritório para felicitá-lo pela publicação do notável artigo "Plano contra a Pátria". E outros jornais da Capital e do interior continuaram a publicar os mais violentos artigos de combate à monarquia.

Faltava DEODORO decidir-se a chefiar o movimento. Em sua residência, na noite de 11 de novembro, reuniram-se os civis ARISTIDES DA SILVEIRA LOBO, QUINTINO BOCAIÚVA, FRANCISCO GLIGÉRIO DE CERQUEIRA LEITE e RUY BARBOSA, e os militares Brigadeiro JOÃO TOMAZ DA CANTUÁRIA, Chefe-de-Divisão EDUARDO WANDENKOLK, Capitão-de-Fragata FREDERICO GUILHERME DE LORENA, Tenente-Coronel BENJAMIM CONSTANT, Major FREDERICO SOLON DE SAMPAIO RIBEIRO e outros, ficando assentado o auxílio do povo e das forças armadas para o completo triunfo do empreendimento.

No dia imediato, reuniram-se no 2º andar do prédio 131 da Rua de São Cristóvão oficiais dos 1º e 9º de Cavalaria, firmando um compromisso chamado o "pacto de sangue", cujo original foi entregue no dia seguinte a BENJAMIM CONSTANT. Igual pacto fizeram os alunos da Escola Superior de Guerra e os oficiais do 2º Regimento de Artilharia. Do exposto, podemos concluir que concorreram para a mudança do regime os seguintes principais fatores:

1. a grave moléstia do Sr. Dom PEDRO II, fazendo prever para o ilustre monarca poucos meses de vida;
2. a falta de um herdeiro do sexo masculino, acarretando a subida ao trono da Princesa Imperial Dona ISABEL e, naturalmente, ao poder, o príncipe estrangeiro seu esposo;
3. o dismantelo da organização agrícola, principalmente no norte do império, decorrente da abolição sem restrições ou indenizações, da escravatura;
4. o estreitamento de relações entre civis e militares, pela negativa destes em perseguir os escravos fugidos;
5. a questão religiosa, da qual decorreu um movimento de simpatia ao lado dos bispos castigados pela justiça imperial e de reclamações contra o governo;
6. a questão militar, que alguns historiadores dão como o fator decisivo da queda do trono e tão habilmente explorada pelos propagandistas da Republica.

Não havia aversão alguma ao monarca reinante ou à Princesa Imperial. E apesar da campanha solerte e injusta contra o Príncipe consorte - comparado por RUY BARBOSA ao Príncipe ALBERTO - sua atitude foi sempre das mais dignas. Ele soube fazer justiça aos Generais que comandara no Paraguai e honrar e dignificar o Exército que o fizera Marechal aos 22 anos, como poucos dos que aqui nasceram.

O Imperador ignorava o que se estava passando. Muito doente, alheira-se bastante aos negócios públicos e dizia-se que nem os jornais lia mais. O respeito à sua pessoa - pela Constituição, inviolável e sagrada - sofrera bastante com a campanha republicana e isso o abatia profundamente, a ele que dava à imprensa, à tribuna e à opinião pública a liberdade máxima.

² Nota do Editor: aqui está um fato importantíssimo para se entender o processo do advento da república.

A revolta já deixara o ambiente de confabulações em salas fechadas e de conspirações quarteleiras e viera para as ruas. Na noite de 15 de julho, quando Dom PEDRO saía de um espetáculo, é alvejado, em sua caleça, por um jovem caixeiro português, ADRIANO DO VALE. Os tiros não atingem o alvo, mas vem ecoar tristemente, pondo à mostra a falta de respeito à mais alta autoridade do Império. O pai do agressor apareceria no dia seguinte pela imprensa, amaldiçoando o filho e prometendo que mandaria rezar missa solene de ação de graças na capital de França, pelo insucesso do infame atentado.

A viagem do Conde d'EU às províncias do Norte fora improfícua. SILVA JARDIM - que o Vesúvio haveria de tragar dois anos depois - seguia-lhe as pegadas, anulando sua propaganda imperial.

Estava preparado o ambiente para o golpe político de 15 de novembro.

A Proclamação da República

A conspiração marcara a eclosão do movimento para o dia 20 de novembro, que seria o de reabertura das câmaras. O imperador subira dia 10 para Petrópolis, no dia 14 descera para assistir às provas de um concurso de inglês no Colégio Dom Pedro II e pelas 3 horas da tarde retornara à cidade imperial.

Na tarde de 14, o Major FREDERICO SOLON SAMPAIO RIBEIRO espalhou pela cidade, procurando a antecipação dos acontecimentos, boatos de que o Presidente do Conselho havia mandado prender o Tenente-Coronel Dr. BENJAMIN CONSTANT e o Marechal DEODORO DA FONSECA. E o boato, que encheu a Rua do Ouvidor, espalhou-se pela cidade, pelos subúrbios, pelos quartéis do Exército e pelas unidades da Esquadra. Nem o Major SOLON hesitou em ir até as casernas das unidades da 2ª Brigada, para dizer-lhes, em nome de DEODORO, que ficassem de rigorosa prontidão e aptos a marchar a qualquer momento para o centro da cidade e nem a atividade e constante vigilância do Chefe de Polícia da Corte, o último da monarquia, o Conselheiro JOSÉ BASSON DE MIRANDA OSÓRIO, conseguiram deter a onda de rumores. Para que as unidades se aprestassem, diziam os seus oficiais que o governo mandaria atacar os quartéis do Exército pela Polícia, Corpo de Bombeiros e "guarda negra".

Um redator do Jornal do Comércio, o velho jornalista JOÃO CARLOS DE SOUZA FERREIRA, foi às dez horas da noite ter com o Presidente do Conselho para saber o que de verdade existia em tudo aquilo. "Boatos, conversas, desminta tudo em seu jornal", teria sido a resposta do confiante Visconde.

Às 11h45, o Conselheiro BASSON avisava pelo telefone a OURO PRETO que o 1º Regimento de Cavalaria, do Coronel João Batista da Silva Teles, estava em forma dentro do quartel, armado e municiado, o mesmo acontecendo com o 9º de Cavalaria e com o 2º de Artilharia. E o Visconde sai apressadamente em direção à Chefatura de Polícia, de onde manda chamar o Ajudante-General e o Comandante do Corpo de Bombeiros. O Marechal FLORIANO não se fez esperar. Chega em sua calma habitual, o cigarro de palha ao centro da boca, como se nada de anormal ou grave estivesse ocorrendo. A mais alta autoridade militar, depois do Marechal de Campo Visconde de MARACAJÚ, deu conta ao Primeiro-Ministro das providências que tomara depois de ter recebido um emissário da revolta, o Capitão MANOEL JOAQUIM GODOLFIM, para lhe comunicar a decisão do Exército de derrubar o Gabinete, tendo sido convidado o Marechal de Campo MANOEL DEODORO DA FONSECA para chefiar o movimento.

O Visconde indagou porque não o prendera. "Para ganhar tempo, Excelência - respondeu o fleumático Ajudante-General - certo como estava de que toda e qualquer pressão que eu fizesse só iria precipitar o movimento de partida das tropas preparadas contra nós. Mandei-lhes dizer, no entanto, que tivessem calma e se desarmassem, sem demora". O Visconde achou "moles" as providências tomadas e fraca a resposta, para um homem da fibra e da bravura tantas vezes comprovada do Marechal FLORIANO.

Replicou-lhe que pela prisão imediata e recolhimento a uma fortaleza, até castigo maior, é que a Lei se desafronta. E começou a passear, inquieto e nervoso, de um para outro lado. **Não se entenderam mais o Presidente do Conselho de Ministros e o Ajudante-General do Exército** (grifo meu).

Esse desentendimento acentuou-se depois de FLORIANO confessar que, como tropa de confiança propriamente, só dispunha de um batalhão, o 10º de Infantaria, do Coronel JOAQUIM MENDES OURIQUE JACQUES. No meio dos dois, o Conselheiro BASSON observava, atônito e desiludido. FLORIANO saiu para o Quartel do Campo e o Visconde para o Arsenal de Marinha.

O Marechal DEODORO estava preso ao leito, dolorido e com incontível dispnéia. Seus enormes padecimentos talvez o impedissem de chefiar o movimento.

Às 0330 h da madrugada o imperador recebe em Petrópolis a comunicação de OURO PRETO do que estava acontecendo na capital. Primeiro, que estavam no Arsenal de Marinha, ele, seus colegas Dr. CÂNDIDO DE OLIVEIRA, Barão de LADÁRIO, com altas patentes da Armada. Depois, que se achava

todo o Ministério cercado no Quartel-General do Exército, pela tropa revoltada, obrigado a pedir demissão pela irrefutável força das armas. Faltava LADÁRIO, uma das glórias mais legítimas da Marinha Imperial, que caíra ferido na calçada. Só aí acreditou Dom PEDRO II na gravidade da situação e resolveu descer de Petrópolis, indo para o paço.

Nas primeiras horas do dia 15, começaram os corpos do Exército a sair de seus quartéis. A caminho do Campo de Santana, segue a tropa a seguinte formatura:

O 1º Regimento de Cavalaria, sob o comando do Major FREDERICO SÓLON SAMPAIO RIBEIRO. A seguir, a cavalo, o Tenente-Coronel Dr. BENJAMIN CONSTANT, tendo a seu lado o Tenente reformado PEDRO PAULINO DA FONSECA, irmão de DEODORO, acompanhados de um destacamento de oficiais-alunos da Escola Superior de Guerra, comandados pelo Capitão VESPASIANO GONÇALVES DE ALBUQUERQUE E SILVA. Depois, marchava o 2º Regimento de Artilharia de Campanha, sob o comando do Major JOÃO CARLOS LOBO BOTELHO, casado com uma sobrinha de DEODORO, Dona JULIETA, filha do Major HIPÓLITO MENDES DA FONSECA, tombado gloriosamente em Curupaiti. Era "infenso à causa da República, ia de cara fechada, aborrecido, sobre o seu corcel de boa estampa, tendo o boné no sobrolho e o olhar posto no chão". Ao sair do quartel, tivera ele um desentendimento com seus oficiais. Dera ordem ao porta-estandarte do Regimento para desfraldar a bandeira durante a marcha. A contestação que recebeu foi de que a bandeira era a do Império e não podia ser desfraldada por mãos republicanas nem brilhar ao sol de 15 de novembro. E ele respondera, contrafeito, É a bandeira do país! Mas ela marchou, mais umas quadras ainda, enrolada na lança, até que o brigada que a conduzia a jogou pela janela, para dentro de um prédio particular. Depois daquela unidade, seguia o 9º Regimento de Cavalaria, desmontado - verdadeira infantaria improvisada para o momento do assalto. Comanda-o o Capitão ANTONIO ADOLFO DA FONTOURA MENA BARRETO. Na retaguarda da coluna, uma grande carreta de munições.

Ao aproximar-se a tropa da Companhia de Gás, vem a seu encontro uma berlinda de cortinas arriadas. Em seu interior, DEODORO DA FONSECA, com o grande uniforme de Marechal de Campo sem, contudo, cingir a espada, que descansava sobre as almofadas. Conferencia com BENJAMIM e com o mano PEDRO PAULINO, informa-se do que ocorre e manda que o cocheiro acompanhe as tropas. Na rua Visconde de Itaiúna, salta do carro e monta a cavalo, servindo-se da montada do alferes EDUARDO BARBOSA, do 1º Regimento e entra no largo fronteiro ao Quartel-General, onde hoje se encontra o panteão que guarda os restos do maior Soldado da Pátria e da Senhora Duquesa de CAXIAS.

Formada toda a tropa em frente ao velho edifício, DEODORO posta-se, com seu piquete "a um tiro de pistola do portão principal, na dianteira de seus soldados". Próximo à estação da Estrada de Ferro de Dom Pedro II (hoje Central do Brasil) alinham-se - e dali não se movem - as tropas que se conservavam fiéis ao governo, o Corpo de Imperiais Marinheiros e parte do Corpo Militar de Polícia, que comandava o Brigadeiro JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO.

Um emissário parte para ir ao encontro da Escola Militar da Praia Vermelha, que vinha sob o comando do Major MARCIANO AUGUSTO BOTELHO DE MAGALHÃES, irmão do Tenente-Coronel Dr. BENJAMIM CONSTANT, e do 10º de Infantaria, tendo à frente o Coronel JOAQUIM MENDES OURIQUE JACQUES.

DEODORO manda o aluno da Escola Militar ANTÔNIO CARLOS BRASIL, que lhe servia de ajudante de ordens, dizer ao Brigadeiro ALMEIDA BARRETO que coloque seus homens à esquerda das praças, que estavam em formatura de combate. As relações entre os dois generais andavam estremecidas, porisso DEODORO aguardava com certo receio e justificada ansiedade o cumprimento de sua ordem.

Enquanto isso, pela lado da Rua Larga de São Joaquim - hoje Marechal Floriano - surge um cupê conduzindo o Ministro da Marinha, Chefe de Esquadra JOSÉ DA COSTA AZEVEDO, Barão de LADÁRIO, que procedia do Arsenal de Marinha, a unir-se a seus colegas de gabinete, reunidos na Secretaria da Guerra. DEODORO ordena, então, ao 2º Tenente ADOLFO PENA FILHO, do Imperial Corpo de Engenheiros, que lhe desse imediata ordem de prisão. Próximo à Rua Visconde da Gávea, esse oficial, acompanhado por alguns praças do piquete do Marechal, inclusive os cadetes AGRÍCOLA BETHLEM, CENOBELINO DA SILVA e PEREIRA DE CARVALHO aproximou-se do Barão e o intimou a descer da carruagem. Ele o fez, já com uma pistola de dois canos, engatilhada, na mão. Antes de puxar de sua arma, o Tenente PEÑA a ele se dirigiu "Considere-se V. Exa. preso, Sr. Ministro!"

"Não aceito ordens senão de meu governo!" foi a resposta e disparou sua arma contra o oficial. Nessa ocasião aproxima-se o Marechal, e o Barão também contra ele dispara sua arma. Ambos os tiros erram o alvo. Um outro, partido do grupo rebelde, fez rolar pelo chão o velho marinheiro. Com diversos ferimen-

tos e contusões, por bala, sabre e cano de arma, nenhum porém de gravidade, foi ele cair próximo ao armazém à esquerda, no canto da Rua São Lourenço, ficando estendido junto à calçada. Carregaram-no depois para o saguão do Palácio do Itamarati, onde o medicaram os Drs. REGO CÉSAR e JOÃO CANCIO. Mais tarde, em bonde fechado, foi removido para sua residência, nas Laranjeiras.

Ao regressar ao ponto em se postara, verificou o Marechal que ALMEIDA BARRETO ainda não movimentara sua tropa. Em sua direção segue então o Tenente-Coronel BENJAMIM CONSTANT, portador de enérgica ordem verbal de DEODORO. Mais uns minutos e a tropa do Brigadeiro vem postar-se à esquerda da formação, colocando ele à disposição da revolução todas as forças de seu comando. Enquanto observam esses movimentos, um dos ajudantes de ordens de DEODORO dele se aproxima e diz:

“O Major LOBO BOTELHO, que, desde a hora de sair do quartel, após o incidente da bandeira, se vinha portando de modo um tanto suspeito, embora sempre vigiado pela oficialidade, entregou o comando a seu imediato Capitão FRANCISCO XAVIER BATISTA, declarando que está doente, e foi-se embora”.

“Melhor”, murmurou DEODORO, que pareceu até ter ficado satisfeito com a solução encontrada por seu sobrinho. Nesse momento, por iniciativa do Tenente PEDRO PAULO DA FONSECA GALVÃO, abriu-se o portão do velho “quartel do campo”, que se conservara até então fechado, estando postados no quadrilátero interno do edifício parte dos 1º e 7º Batalhões de Infantaria, a ala esquerda do Corpo Militar de Polícia, o Corpo de Bombeiros e uma metralhadora guarnecida por Imperiais.

DEODORO, transfigurado pela majestade do momento e esquecido de seus males físicos, entra a galope pelo pátio interno e brada: Apresentar armas! Toquem o Hino! Ouve-se o hino nacional executado por todas as bandas militares presentes, a tropa saúda o Marechal freneticamente e ele agradece com o gesto civil, de saudação, agitando o boné bordado a ouro. E as forças, formadas no Campo de Santana repetem os vivas ao Marechal DEODORO. Estava realizado o sonho Republicano, havia tanto acariciado.

Através do pano envidraçado da janela do Quartel-General, o Visconde de OURO PRETO observava. A seu lado tinha todos os Ministros - à exceção do da Marinha - e o Ajudante-General do Exército, que se fazia acompanhar de seus ajudantes de ordens, e em cuja ação de decisão e comando já o Presidente do Conselho não confiava muito. A calma e o aparente desinteresse deste eram impressionantes.

À ordem de avançar as tropas legais, ouve-se o Tenente FELIPE PINHEIRO CORREIA DA CÂMARA, ajudante de ordens de FLORIANO, dizer ao Visconde que “a medida apenas provocaria carnificina inútil e tremenda”. Lembrava-lhe a responsabilidade que assumiria “ordenando tal loucura”.

OURO PRETO, que espera do Ajudante-General uma ação decisiva e pronta, vira-se para o Marechal Visconde de MARACAJU, Ministro da Guerra e lhe diz: “Este oficial que acaba de me falar, faltou, como V. Exa. pode verificar, a seu dever de soldado. Cabe a V. Exa agora cumprir o seu, de Ministro da Guerra!” MARACAJU apenas retrucou, meio desconcertado: “Este oficial é filho do Visconde de PELOTAS e ajudante de ordens do Ajudante-General. Veja, V. Exa. o que isto quer dizer...”

Os comentários generalizaram-se em torno do Presidente do Conselho e quando alguém lembra que “a uma simples ordem de DEODORO as baterias do 2º de Artilharia poderiam reduzir em minutos o velho Quartel-General a escombros, OURO PRETO retruca “Mas essa artilharia pode ser tomada a baioneta. Entre um tiro e outro, creio eu, nossa tropa pode perfeitamente, de surpresa, tomar rapidamente as mesmas peças...” Tudo, afinal, suposições do Dr. OURO PRETO.

Afinal, olhando de frente FLORIANO, pergunta-lhe: “No Paraguai, Senhor Ajudante-General, nossos homens, em situações piores, não tomavam os canhões a unha?”

“Sim, respondeu com perenidade o Marechal FLORIANO, mas lá no Paraguai, à nossa frente, tínhamos inimigos e os que aqui estão... todos eles, todos, Senhor Visconde, são como V. Exa sabe, brasileiros!”

Tal foi a estupefação do Dr. AFONSO CELSO que ele nem tentou articular uma palavra. Reuniu depois o velho titular, sob a sua presidência, e pela última vez, o Ministério e para essa reunião convidou tres militares: o Marechal de Campo FLORIANO PEIXOTO, Ajudante-General do Exército; o Brigadeiro JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO, a quem o governo havia entregado o comando das forças legais, e o oficial general de igual posto ANTONIO ENÉAS DA FONSECA GALVÃO, Barão do Rio Apa, comandante superior da Guarda Nacional da Corte. Ouvida a opinião, como profissional, dos três generais e do Ministro da pasta da Guerra, chegou-se à conclusão de que seria baldada toda a resistência (grifo meu). Ao Conselho de Ministros - o último da monarquia - só restava renunciar!

Logo depois, DEODORO, seguido de numeroso séquito, entra pela sala da Secretaria da Guerra, onde ainda encontrou o gabinete demissionário. Dirigiu-se a OURO PRETO e foi dizendo, sumariamente:

"Aqui me encontro em nome do Exército e do povo de meu país, para pôr termo a essa campanha indecorosa de perseguições que há muito vivem os Senhores deste Gabinete desencadeando contra nós. A paciência dos perseguidos esgotou-se e aqui estão eles para reivindicar direitos que o Brasil lhes deve".

Depois de recordar os serviços que prestara no Paraguai, bem como de seus irmãos de armas, termina por mandar que os membros do Gabinete fossem para casa para logo emendar:

"Isto é, dois dentre os Senhores ficam. Este homem que ora tenho diante de mim, de olhar ameaçador e covo, teimoso como poucos, teimosíssimo, mas não teimoso como eu, que é o Sr. Visconde de OURO PRETO e o Sr. CÂNDIDO DE OLIVEIRA, Ministro da Justiça. Irão ambos deportados para a Europa! Quanto ao Imperador - concluiu - tem a minha dedicação; sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos".

Quando DEODORO terminou de falar, tomou a palavra o Visconde de OURO PRETO, com voz pausada e firme, para refutar as acusações que lhe haviam sido feitas, a si e ao governo que dirigia, para concluir dizendo:

"Senhor General, não é só nos campos de batalha que um homem serve à sua pátria e faz por ela sacrifícios. Estar aqui ouvindo o General, neste momento, não é somenos a passar dias e noites em um pantanal. Fico ciente do que resolve a meu respeito. É o vencedor, pode fazer o que lhe aprouver. Submeto-me à Força".

Depois, DEODORO desce até o pátio, monta novamente e, entre os Drs. QUINTINO BOCAIUVA e BENJAMIN CONSTANT, põe-se novamente à frente das tropas que marcham rumo à cidade. É nesse momento que o Major FREDERICO SÓLON SAMPAIO RIBEIRO lhe diz que não embainharia a espada enquanto não fosse proclamada a República. Cedendo então às injunções daquele instante e aos anseios fervorosos da mudança de regímen que a todos animava, agita o boné para a tropa e para o povo ali reunidos e brada "**Viva a República**".

As bandas tocaram o Hino Nacional e as baterias de artilharia saudaram, com 21 tiros a aurora da República nos Estados Unidos do Brasil (grifo meu).

O Marechal seguiu para a cidade, marchando na testa da coluna das tropas. Já a essa hora uma grande massa de povo enchia as ruas, vivendo DEODORO e saudando a República. As tropas descem pela Rua do Ouvidor, debaixo de palmas, flores e aclamações. Três discursos, curtos e inflamados, ouviram elas em seu percurso: o de LOPES TROVÃO, na redação do "Diário de Notícias", o de JOSÉ DO PATROCÍNIO, na da "Cidade do Rio", estando a seu lado o Dr. ANDRÉ REBOUÇAS, e o de SILVA JARDIM, na "Gazeta de Notícias".

Percorrida a Rua do Ouvidor, dobram as tropas a Rua 1º de março e atingem o largo fronteiro ao Arsenal de Marinha. Nesse momento, o Chefe de Divisão LUIZ MARIA PIQUET, Barão de SANTA MARTA e Ajudante-General da Armada, mandou fechar o portão principal e declarou que repeliria à força toda tentativa de entrada no edifício. Então o Capitão de Fragata FERREIRA DE OLIVEIRA, que desejava a vitória do movimento, insistiu para ir oficialmente entender-se com o Marechal DEODORO. Designado para parlamentar com aquele chefe, chegou ao portão e a ele se dirige nas seguintes palavras: "Venho em nome do Sr. Ajudante-General da Armada saber de V. Exa o que pretende com essa força". E a resposta foi "Diga ao Ajudante-General da Armada que venho trazer-lhe seus marinheiros que acabam de coadjuvar-me na salvação da Pátria, agradecendo, também os relevantes serviços que me prestaram".

Logo aparece, de braços abertos, a figura insinuante do bravo marinheiro que era o Vice-Almirante EDUARDO WANDENKOLK, que vem abraçar os companheiros do Exército. Era a adesão da Armada Imperial. DEODORO volta ao Campo de Santana e determina aos comandantes de corpo que se recolham com suas tropas aos quartéis. Ao chegar em casa, Deodoro estava tão exausto, que precisou de auxílio para apear de sua montada e todos duvidaram que ainda lhe restasse um dia de vida.

Às 11 horas parte Dom PEDRO II de Petrópolis. Acompanhado da Imperatriz, do Conde de MOTA MAIA, do Visconde de NOGUEIRA DA GAMA e do Conde de ALJEZUR (título português), chega à

estação de São Francisco Xavier, ponto terminal da então chamada "linha do norte". Um ou seis pessoas ali o aguardavam. O Imperador reclamou a ausência de seu piquete. - Não pode vir, explicaram-lhe, constrangidos. Pela primeira vez atravessaria as ruas da capital do Império sem a sua guarda de honra. Por um itinerário diferente do costumeiro, chegaram às 3 horas ao paço da cidade. Descem das carruagens e Dom PEDRO vai logo dando ordens para que chamassem o Marechal DEODORO. Precisava falar-lhe.

A primeira pessoa que veio a seu encontro foi o Comandante BANNEN, do navio chileno "Almirante Cochrane" para lhe oferecer abrigo a bordo de seu cruzador. O Imperador agradeceu e acrescentou: "Fogo de palha de minha gente, Comandante. O senhor verá".

Chegava também dentro em pouco o Marechal do Exército Conde d'EU, acompanhado de sua esposa, a Princesa Imperial, ambos sériamente preocupados. Haviam, por segurança, mandado os três filhos para Petrópolis.

Dentro em pouco, um dos ajudantes de campo do Imperador, o Tenente-General Graduado Barão de MIRANDA REIS, vai em busca de OURO PRETO, que não tarda a chegar. Depois de relatar à Sua Majestade tudo o que acontecera com lealdade e minúcias, o último Presidente do Conselho de Ministros depõe nas mãos de Dom PEDRO II o cargo e as pastas do gabinete, que dirigira até a manhã daquele dia. Transmite ainda a seu soberano as palavras de acatamento e respeito que ouvira da boca de DEODORO sobre o Chefe da Nação. Afinal, Dom PEDRO acede e lhe dá, e aos demais ministros de Estado, a demissão solicitada, por imposição da força armada.

OURO PRETO lembra depois o nome austero e digno do Presidente do Rio Grande do Sul Conselheiro GASPAR DA SILVEIRA MARTINS, para formar novo ministério, mas ele estava de viagem para a corte e só dentro de alguns dias poderia chegar. Confirmara-se o prognóstico do grande tribuno gaúcho ao exclamar da tribuna do Senado: "...mas não me chamem no momento em que a coroa imperial rolar pelas ruas!"

E os emissários que iam procurar DEODORO voltavam sempre com a mesma resposta. Que o Marechal estava gravemente doente. Que não recebia ninguém e nem com sua esposa era possível avistar-se. De fato, ele só recebia o Dr. BENJAMIN para concertar os primeiros atos que deveriam levar sua assinatura, como Presidente do Governo Provisório da República: o Decreto nº 1, que "proclamava provisoriamente e decretava, como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa e estabelecia as normas pelas quais se deveriam reger os estados federais". Outros decretos nomeavam os componentes de seu primeiro ministério.

Às 5 h da tarde Dom PEDRO II ainda espera, em vão, por DEODORO e DEODORO não vem. Nunca mais o velho soldado do Império enfrentaria seu soberano, que dele só receberia ordens escritas.

Antes das 6 h aparece no paço um exemplar da "Gazeta da Tarde". Escondem-no do Imperador. Se o tivesse lido, ficaria sabendo, naquela hora, que sua dinastia terminara no Brasil.

Aquela hora, já na sede da Municipalidade, JOSÉ DO PATROCÍNIO havia hasteado uma bandeira exótica, que não era bem a que o bispo capelão-mor Dom JOSÉ CAETANO DA SILVA COUTINHO benzera em 10 de novembro de 1822, entregando-a a Dom PEDRO I, ajoelhado ante o altar de Nossa Senhora. Era uma imitação do pavilhão norte-americano. Tinha listras horizontais, sete verdes e seis amarelas, e um canto azul celeste com 21 estrelas brancas.

Só muito mais tarde, mostra a Dom PEDRO II o Senador MANOEL PINTO DE SOUZA DANTAS a proclamação oficial do Marechal DEODORO DA FONSECA, subscrita por todo o Ministério, já nomeado e empossado. O velho Imperador está abatidíssimo e vai recebendo com tristeza e profunda mágoa a onda de notícias que lhe chegam, principalmente uma, a de adesão das Províncias, trazida pelo telégrafo, cujo novo diretor já entrara em exercício.

Às 11 h 20 do dia 16 reúne-se, por iniciativa de GASTÃO DE ORLÉANS e convocado em nome da Princesa Imperial, o Conselho de Estado. Era sua última reunião. Praticamente já ele era inexistente. Ao conclave compareceram, além dos Condes d'EU, mais dez Conselheiros: PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA FILHO, JERONIMO JOSÉ TEIXEIRA JÚNIOR (Visconde do CRUZEIRO), MANOEL PINTO DE SOUZA DANTAS, JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA, JOÃO LUSTOZA DA CUNHA PARANAGUÁ (Visconde de PARANAGUÁ), DIOGO VELHO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (Visconde de ALBUQUERQUE), MANOEL ANTÔNIO DUARTE DE AZEVEDO, Tenente-General HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN (Visconde de BEAUREPAIRE ROHAN), DIONÍSIO DE ANDRADE FIGUEIRA e SILVA COSTA.

A proposta de se chamar DEODORO DA FONSECA recebeu formal repulsa da Princesa. Seu augusto pai havia declarado não transigir com revoltosos. E acrescentara: "Pois se tudo está perdido, haja

calma. Eu não tenho medo do infortúnio". Decidiu-se que PARANAGUÁ iria em busca, do Conselheiro Dr. JOSÉ ANTÔNIO SARAIVA, em sua casa no morro de Santa Teresa. O chefe liberal chegou, ouviu desanimado o que lhe expunha o Conselho de Estado e disse que aceitava a incumbência se pudesse ouvir antes a opinião de DEODORO. Escreveu-lhe, então, uma carta, de que foi portador o Major Dr. ROBERTO TROMPOWSKY LEITÃO DE ALMEIDA. A resposta, verbal, foi curta e incisiva: "Diga ao SARAIVA que é tarde". A volta do Major TROMPOWSKY ao paço trouxe a todos a certeza de que nada mais havia a fazer ou a esperar.

Impunha-se aos novos dirigentes do país - por óbvios motivos - o banimento do ex-Imperador e de todos os membros da dinastia deposta. A razão mais ponderável seria que sua presença no Brasil era sempre uma esperança de restauração e na opinião dos mais exaltados republicanos, um iminente perigo. Assim haviam procedido com Dom PEDRO I, a quem havia afinal a Pátria devido a sua independência, e assim agiria o Dr. GETÚLIO VARGAS em 1930 com o Dr. WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA, um dos Chefes de Estado mais dignos da República e de seus mais ativos administradores.

Tiveram diferente procedimento os dirigentes do movimento político-militar de 29 de outubro de 1945 e essa atitude lhes trouxe tais embaraços e dificuldades que a revolução ficou afinal sem qualquer resultado prático para a vida nacional. Dentro em pouco restabelecia-se calmamente a situação que as Forças Armadas tão patrioticamente haviam modificado, com visível desprestígio para seus dirigentes.

DEODORO escreve, então, a Dom PEDRO DE ALCÂNTARA uma respeitosa mensagem, nos seguintes termos:

"Senhor. Os sentimentos democráticos da Nação, há muito tempo preparados, mas disputados agora pela mais nobre reação do caráter nacional contra o sistema de violação, de corrupção, de subversão de todas as leis, exercido em grau incomparável pelo ministério de 7 de junho; a política sistemática de atentados do governo imperial, nestes últimos tempos, contra o Exército e a Armada, política odiosa à Nação e profundamente repelida por ela; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que em todas as épocas tem sido, entre nós, a defesa da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra da Pátria a intenção manifesta nos atos dos vossos ministros e confessada na sua imprensa de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compressão oficial que foram sempre, entre nós, objeto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstâncias conheceis e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar. Em face desta situação, pesa-nos dizer-vo-lo, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família imperial no país, ante a nova situação que lhe criou a revolução irrevogável do dia 15, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos, que a salvação pública impõe a necessidade de evitar. Obedecendo, pois, às exigências urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o Governo Provisório espera do vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com a vossa, família, no mais breve tempo possível. Para esse fim se vos estabelece o prazo máximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder. O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o Governo Provisório um navio, com a guarnição militar precisa, efetuando o embarque com a mais absoluta segurança de vossa pessoa e de toda vossa família, cuja comodidade e saúde serão zelados com o maior desvelo na travessia, continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre esse ponto se pronuncie a próxima Assembleia Constituinte. Estão dadas todas as ordens afim de que se cumpra esta deliberação. O país conta que sabereis imitar, na submissão a seus desejos, o exemplo do primeiro imperador, em 7 de abril de 1831. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. (a) MANOEL DEODORO DA FONSECA.

E às 3 h da tarde, chegava ao paço, em primeiro uniforme, como o exigia a majestade do momento, acompanhado pelo Tenente SEBASTIÃO BANDEIRA e seguido de um piquete de cavalaria, o Major FREDERICO SÓLON SAMPAIO RIBEIRO, portador da mensagem, com ordem de entregá-la em mão própria. O Imperador, ao receber o emissário da rebelião, fixava longamente esse jovem major de Cavalaria, portador de todas as medalhas militares do Império, Oficial da Ordem de Aviz, promovido por mais de uma vez por bravura no Paraguai e que chegaria a General da República.

E o portador da mensagem começou: - Trago à Vossa Excelência...

O tratamento democrático - altamente desatencioso e ofensivo, para quem tinha 64 anos e desde os seis era majestade - não abalou em absoluto a alma estóica e a velhice honrada de Dom PEDRO II. Mas aquela atitude serena de observação e de superioridade, quase de desprezo, perturbou o mais exaltado entre os propagandistas da República e ele emendou: - Trago à vossa Alteza...

A correção foi pior e a situação se tornara ainda mais embaraçante. E SOLON vence o embaraço e diz, finalmente: - Trago a Vossa Majestade esta mensagem do governo provisório.

Dom PEDRO lê, sem aparentes emoções, o que ali estava escrito e chama o Barão de LORETO - FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA - seu último ministro da pasta do Império (47 tivera ele em seu longo reinado!) para dizer-lhe que a República acabava de desterrá-lo e a todos os seus.

E a resposta do ex-soberano, que levava a caligrafia correta de LORETO, a quem Dom PEDRO a ditou, foi entregue ao Major SOLON. Estava assim redigida:

À vista da representação escrita que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir, com toda a minha família, para a Europa, amanhã, deixando esta pátria de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de Chefe de Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas de minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. (a) Dom PEDRO DE ALCÂNTARA".

O Príncipe GASTÃO D'ORLEANS, que era Marechal do Exército, mantendo sempre uma atitude correta e digna redigiu, então, o primeiro documento endereçado diretamente por membro da dinastia ex-reinante a uma autoridade republicana.

Tinha o seguinte teor:

"Ilmo e Exmo Sr. Rogo a Vossa Excelência me conceda exoneração do cargo de Comandante Geral de Artilharia, que exerço desde o dia 19 de novembro de 1865, e licença para retirar-me do país. Diz-me a consciência que sempre servi à Nação Brasileira na medida de minhas forças e inteligência, e procurei justiça para com os meus comandados. Dela me despeço saudosamente, assim como de todos os meus camaradas do Exército Brasileiro. Se não fossem as circunstâncias que, bem contra minha vontade, me obrigam a sair do país, e que não são desconhecidos de V. Exa., estaria pronto a continuar a servir debaixo de qualquer forma de governo à Nação, que por tantos anos me acolheu no seu seio, cumulando-me de honras e enchendo-me de imorredouras saudades e cuja prosperidade e glória serão sempre um dos meus mais ardentes anelos. Deus guarde a V. Exa.

Ilmo e Exmo Sr. Tenente-Coronel BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, Ministro da Guerra. GASTÃO D'ORLÉANS, Marechal do Exército.

Quando foi recebido pelo Marechal o documento firmado pelo ex-soberano - mais uma proclamação do que uma resposta diretamente endereçada do chefe do Governo da República - reuniram-se os ministros de DEODORO no Quartel-General, com a finalidade de tomar várias deliberações. A situação não se lhe afigurava segura, pelo menos enquanto não embarcasse Dom PEDRO.

Uma das figuras de maior relevo do Exército, o Comandante das Armas da Bahia, Tenente-General HERMES ERNESTO DA FONSECA, não concordara com a mudança do regime; desejava apenas a retirada do gabinete OURO PRETO. E o que poderia fazer DEODORO com seu irmão mais velho, a quem sempre se acostumara a respeitar, desde que em 24 de agosto de 1859, lhes falecera o pai? Felizmente tudo se resolveu bem e se o governo de DEODORO não terminou tranquilamente, não o teria sido por culpa do bravo e honrado primogênito de Dona ROSA DA FONSECA.

Da reunião a acima citada resultou fosse o Tenente-Coronel JOÃO NEPOMUCENO DE MEDEIROS MALLET enviado à presença do ex-soberano com a triste incumbência de fazê-lo embarcar, abandonando para sempre a terra em que nascera. Na mesma reunião lavrou-se um decreto concedendo a Dom PEDRO DE ALCÂNTARA a doação de cinco mil contos, para sua instalação na Europa, podendo também a Família Imperial dispor de seus bens deixados em terra brasileira como bem lhe aprouvesse.

Às 0230 h da madrugada de 16 para 17 de novembro chega ao paço o filho do Barão de ITAPEVI (Marechal Luis Emilio Mallet). O ex-Imperador o recebeu meio perturbado.

- O governo pede que Vossa Majestade siga para bordo. Que governo? indagou Dom PEDRO. O da República, Majestade; foi a resposta respeitosa de MALLET. E apesar de Dom PEDRO teimar e insistir em não embarcar à noite, "como um negro fugido", acabou cedendo. Nessa ocasião chega um oficial trazendo o decreto que concedia a doação de 5.000:000\$000. MALLET não permitiu a entrega de mais esse documento, que viria trazer novas contrariedades ao ex-monarca. Só mais tarde ele o receberia.

Meia hora mais tarde, um carro de aluguel atravessa a pequena distância que medeia entre o paço e o cais PHAROUX. Nele iam os dois ex-soberanos, os Condes d'EU, o Príncipe Dom PEDRO AUGUSTO é o Tenente-Coronel MEDEIROS MALLET.

A ordem do governo provisório era que embarcassem na canhoneira "Parnaíba", que os conduziria até a Ilha Grande, onde os aguardava o vapor "Alagoas" em que partiriam para Lisboa. O cruzador "Riachuelo" os escoltaria até a linha do equador.

No cais embarcaram numa lancha do Arsenal de Guerra, e a passagem de seu bordo para a "Parnaíba" foi dramática. A escuridão da noite, o balanço das águas da baía, a idade e a fraqueza do organismo do velho ex-Imperador dificultaram-lhe o acesso à escada, a ponto de o próprio MALLET confessar mais tarde que estivera decidido a se jogar ao mar, no caso de um insucesso. Não poderia sobreviver a Dom PEDRO se ele resvalasse e caísse nas ondas. Na Ilha Grande, Dom PEDRO, demonstrando admirável resignação, despede-se do comandante da canhoneira que o conduziu desde o cais, e passa para Bordo do "Alagoas". Comandava-o o Capitão de Fragata JOSÉ MARIA PESSOA, que se fizera amigo do Conde d'EU em sua viagem ao norte do Brasil. Por isso, tratou fidalgamente a todos durante a longa viagem para o exílio que só a morte haveria de interromper.

E à meia-noite o navio levantava ferros, seguido do "Riachuelo". A travessia foi triste. Além de o nome do transporte lembrar a província de nascimento de DEODORO - que fora tão seu amigo - ainda tremulava no mastro grande não a gloriosa bandeira brasonada que vencera nos campos do sul e nos esteiros do Paraguai, mas aquele pavilhão estranho, copiado da América do Norte, que o "tigre da abolição" na tarde de 15 de novembro fizera tremular na sede da municipalidade.

Em 1º de dezembro fundeavam no primeiro porto, a ilha de São Vicente, no arquipélago de Cabo Verde. Aí foram recebidos dois telegramas: um do Rei Dom CARLOS, pondo o palácio real de Lisboa, à disposição dos exilados para sua hospedagem e outro do governo provisório da República, mandando que se retirasse do "Alagoas" a bandeira republicana e hasteada no mastro grande o pavilhão do Império do Brasil, enquanto Dom PEDRO e sua família se conservassem a bordo.

Daquele porto, também o ex-Imperador escreveu a seu procurador o Visconde de NOGUEIRA DA GAMA a seguinte carta:

"Tendo tido conhecimento, no momento da partida para a Europa, do decreto pelo qual é concedida à família imperial de uma só vez, a quantia de cinco mil contos, mando que declare que não receberei, bem como minha família, senão as dotações e mais vantagens a que temos direito pelas leis, tratados e compromissos existentes e portanto se tiver recebido aquela quantia, deverá restituí-la sem perda de tempo. Recomendo, outrossim que, cingindo-se aos termos desta comunicação, dirija ofício, que fará imediatamente publicar, e do qual me remeterá cópia. Bordo do Alagoas, ao chegar a São Vicente das Ilhas do Cabo Verde, 29 de novembro de 1889. (a) Dom PEDRO DE ALCÂNTARA.

No dia 7 de dezembro o "Alagoas", ostentando no mastro o pavilhão do extinto Império do Brasil, entra na foz do Tejo, saudado pelas fortalezas da barra, de acordo com a régia pragmática. Teve a família imperial recepção afetuosa e condigna. O Ministro do Brasil, Barão de AGUIAR, irmão da Baronesa de PENEDO, depôs nas mãos de Dom PEDRO as funções diplomáticas de seu cargo. O Imperador explicou-lhe que não mais lhe competia nomear ou demitir representantes do Brasil no estrangeiro.

Na galeota real, veio recebê-los o sobrinho Dom CARLOS, 32º Rei de Portugal, desde 10 de outubro, por morte de seu pai Dom LUIZ e cuja coroação fora marcada para o dia 28 daquele último mês do ano de 1889. Acompanhava-o todo o ministério. Seu governo não havia ainda reconhecido o da República Brasileira. Para sua casa reinante, o velho tio ainda era o Sr. Dom PEDRO II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Haviam acompanhado os ex-imperantes a bordo do "Alagoas", da Companhia Brasileira do Navegação a Vapor:

- a Princesa ISABEL, o Príncipe GASTAO D'ORLEANS, os filhos Dom PEDRO, Dom LUIZ e Dom ANTÔNIO; o Príncipe PEDRO AUGUSTO, Dona JOSEFINA DA FONSECA COSTA (Viscondessa de FONSECA COSTA); o Dr. CLÁUDIO VELHO DA MOTA MAIA, médico do Imperador, com seu filho, o Engenheiro MANOEL AUGUSTO VELHO DA MOTA MAIA; o Dr. PRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de LORETO, e sua esposa Dona AMANDA LUSTOSA PARANAGUÁ DE MENEZES DÓRIA; o Desembargador Dr. MANOEL VIEIRA TOSTA FILHO, Barão de MURITIBA e sua esposa Dona MARIA JOSÉ VELHO DE AVELAR VIEIRA TOSTA; o Engenheiro Dr. ANDRÉ

PINTO REBOUÇAS; o Dr. CRISTIANO FREDERICO SÉYBOLD; o Conde de ALJEZUR, camarista do Imperador; e M. STOLL, preceptor dos príncipes filhos dos Condes d'EU.

Descendo do navio, a primeira visita Imperial foi para o túmulo de seu pai morto aos 36 anos, "como verdadeira vítima da guerra que ele mesmo ateara" [...]. Hospedaram-se todos no Hotel Bragança, por não ter Dom PEDRO aceitado a hospedagem régia del Rei Dom CARLOS.

Em Lisboa, apenas demorou-se 15 dias. A 22 de dezembro partia para o Porto, que HERCULANO chamou "a cidade de mármore e granito". Do granito e de mármore era também o monumento que, na igreja da Lapa, encerrava, num relicário de ouro e cristal o, coração de Dom PEDRO I.

Logo depois as folhas publicavam os atos do governo brasileiro que dispunham sobre o banimento da família imperial, sobre a extinção das dotações e a revogação do auxílio de 5.000:000\$000.

No novo destino já a Imperatriz se sentia, cada vez mais debilitada. No dia 28 de dezembro estava Dom PEDRO de visita à biblioteca da Academia de Belas Artes e o Cônsul Geral do Brasil Dr. MANOEL JOSÉ REBELO o manda chamar com urgência. Dona TERESA CRISTINA sofrera uma síncope e estava agonizante. Acompanhava Sua Majestade uma de suas maiores amigas, Dona MARIA ISABEL DE ANDRADE PINTO, Baronesa de JAPURÁ. Dando-lhe as mãos já frias apenas a 3ª Imperatriz do Brasil teve tempo para a confidencia final: "Maria Isabel, não morro de moléstia, morro de dor e de desgosto!" O Dr. HENRIQUE MAIA, que a atendera, nada mais pode fazer. O abade de Santo Ildefonso, Dom MOREIRA FREIRE ainda ministrou-lhe os últimos sacramentos.

Quando Dom PEDRO chegou Sua Majestade estava morta. Restava-lhe apenas ajoelhar-se para chorar a perda definitiva e injusta da velha companheira de tantos anos, cheios de glória, mas também repletos de desilusão. Sepultaram-na na Igreja de São Vicente de Fora, o panteão da Casa de BRAGANÇA, ao lado dos Reis lusitanos, do Condestável Dom NUNO ÁLVARES PEREIRA, do Duque de SALDANHA, do Duque da TERCEIRA.

Dom PEDRO seguiu, logo depois, para Cannes, ao sul da França. Sua saúde era cada vez mais frágil. O primeiro verão passou-o em Baden-Baden e o segundo, em Vichy-État, em busca de melhoras. A situação financeira ia se tornando também sempre mais difícil. Sua resignação já não era a mesma dos primeiros meses de exílio. Em abril de 1890 estava em Cannes, no Hotel Bon Sejour, onde adoeceu gravemente. Atendeu-o o Dr. JOÃO MARTINHO CHARCOT, um dos clínicos mais ilustres do seu tempo. Seguiu depois, Dom PEDRO para Paris, onde lhe conseguiram um hotel modesto, o Bedford, na Rua de l'Arcade, 17, proximidades da Praça da Concórdia. Podia, assim frequentar o Instituto, onde era acolhido com simpatia, carinho e respeito. No dia 23 de novembro, ainda estava na capital francesa. Ali tinha mais distrações: o Instituto, às academias, o observatório, as bibliotecas, as conferências. Naquele dia saiu, para ir dar seu voto na eleição de um novo membro da Academia das Ciências, no Palácio Mazarino. A brusca mudança de temperatura, à saída, o afetou, provocando um ligeiro resfriado. Quando se recolheu ao quarto do hotel, sentia arrepios de frio. Apesar de algumas alternativas de melhora, aquilo era o fim.

No dia 2 de dezembro de 1891, seu último aniversário, as sombras e a tristeza invadiriam-lhe o ser. No dia seguinte declarou-se a pneumonia, e no outro já os médicos viam que nada mais estava em suas mãos. Ao cair a noite desse dia 4, entrava em estado de agonia, rodeado por uns poucos amigos, a filha querida, que honrara o Império de que fora Regente por três vezes, o genro francês, amigo, correto e digno, e os netos adorados, por cuja instrução e educação ele tanto se preocupara. Às 10 horas da noite, o cura da Igreja de Santa Madalena dava-lhe a extrema unção, aproveitando uns momentos de lucidez que tivera. Depois, a falta de memória e a prostração voltaram e aquele homem justo, bom e erudito - o maior dos Brasileiros - fechava os olhos para o mundo, no exílio triste e injusto que a República lhe impusera.

Seu corpo, fardado de grande uniforme, foi sepultado, também entre os Reis de Portugal, ao lado de sua inesquecível Imperatriz. A República Francesa prestou-lhe honras majestáticas, apesar de - em 20 de junho de 1890 - já ter reconhecido a nova forma de governo do Brasil. Ele fora grande demais, para lhe serem negadas tais homenagens. Honrara o século que o vira nascer. Aquela bela cabeça branca repousava sobre uma almofada de veludo cheia de terra trazida da cidade imperial de Petrópolis.

Em 3 de setembro de 1920, o Presidente da República Dr. EPITÁCIO DA SILVA PESSOA assinava o Decreto Legislativo nº 4.120, revogando os artigos 1º e 2º do Decreto 72-A, de 21 de dezembro de 1889, pelo qual o Governo Provisório baniu do território nacional a Família Imperial Brasileira. E na tarde de 8 de janeiro de 1921 entrava na baía de Guanabara, saudado por todos os canhões das fortalezas da barra, o encouraçado São Paulo, reconduzindo à pátria, os despojos do venerando Imperador e de sua esposa. A República desfilou respeitosa e curvou-se reverente ante aqueles ataúdes.

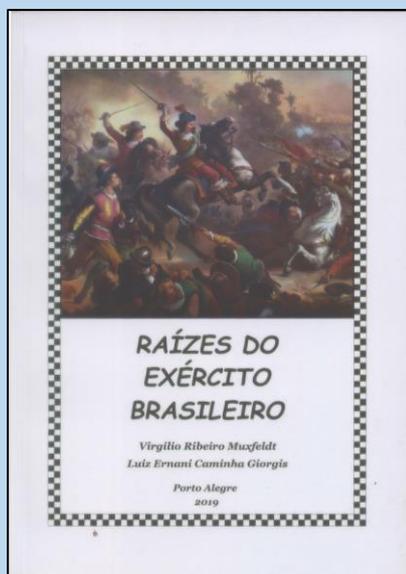
Acompanhavam-nos o Conde d'Eu e o Príncipe Dom PEDRO, seu primogênito, que foram acolhidos pelo povo brasileiro em atmosfera de carinho e simpatia. Em 14 de novembro de 1921 morria também a Princesa Imperial Dona ISABEL CRISTINA, e em 28 de agosto de 1922, em viagem para o Brasil, o Príncipe GASTÃO D'ORLÉANS, Marechal do Exército Brasileiro.

Hoje repousam todos na terra brasileira, que só pela reverencia constante de séculos em fora poderá retribuir o amor imenso que aqueles Príncipes lhe votaram em vida.

(*) Patrono da Cadeira nº 4 da FAHIMTB. Membro-Efetivo do IHGRGS e do IHGB. Falecido em 02 Out 1971 com 69 anos. Natural de Pelotas, RS. Historiador, Engenheiro, geógrafo e jornalista. Lecionou nas Faculdades de Jornalismo e de Filosofia da PUC/RS. Pertenceu à Academia Sul-Riograndense de Letras, ao Instituto Genealógico Brasileiro, ao Instituto de Estudos Genealógico do RS, ao IGHMB, ao IHG/Santa Maria e ao Instituto Genealógico da BA. Possuía as Ordens do Mérito Militar e Naval, Medalha do Pacificador, Medalha de Mérito Tamandaré, Cruz de Mérito da Cruz Vermelha Brasileira, Medalhas do Marechal Taumaturgo de Azevedo, Maria Quitéria, Mar Sousa Aguiar, Mar Hermes e Mar Caetano de Faria. Publicou: Curso de Estatística, 1941 – Curso de Arte e Análise Literárias, 1943 – A Igreja e o Mobiliário Brasileiro, 1957 – Titulares do Império Nascidos no Rio Grande do Sul, 1957 – Bandeiras históricas do Brasil, 1957 – Sedes Sucessivas do Parlamento Brasileiro, 1957 – A Carta Constitucional do Império do Brasil, 1957 – Parlamentarismo e Presidencialismo, 1958 – O termo e a Praça Forte de Olivença, 1959 – A Sereníssima Casa de Bragança, 1962 – Vultos da Pátria (secção dominical do Correio do Povo, de Porto Alegre, depois editada em vol. pela Ed. Globo).

Confira o último texto do Cel Cláudio Vogt "As janelas do Orfanato" pelo

www.escritorcfvogt.blogspot.com.br



AGRADECIMENTO

Queremos agradecer, em nome da FAHIMTB e da AHIMTB/RS ao GBOEx por ter decidido patrocinar os 500 exemplares do livro "Raízes do Exército Brasileiro" que serão entregues, por doação, a cada um dos cadetes matriculados em 2020 na AMAN.

Realmente, uma conquista admirável.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE -Delegacia Heróis de Guararapes:

"<http://historiapatriota.blogspot.com/>".